

O prelúdio da penetração colonial no espaço magrebino: Oposição e resistência dos sultões alauitas

The prelude to colonial penetration in Maghreb's space: Opposition and resistance by the Alawid sultans

Jorge Afonso

RESUMO

Este artigo analisa o prelúdio da intervenção colonial no espaço magrebino e, no caso particular de Marrocos, a oposição e resistência que lhe foi movida pelos sultões alauitas. Contrariando a narrativa dominante elaborada pelas grandes e médias potências europeias que a usavam para justificar a intervenção colonialista e “civilizadora”, recorre-se a outras fontes com origem em enviados de pequenos poderes periféricos sem quaisquer ambições de domínio daquele espaço. Os sultões marroquinos, ao contrário do epíteto de incivilizados que muitas das fontes da época lhes atribuem e da classificação de violentos, xenófobos e isolacionistas com que grande parte da historiografia europeia contemporânea os brinda, vão tentar opor-se ao prenúncio do colonialismo europeu, usando as mesmas armas das potências da margem norte do Mediterrâneo: a via diplomática e a ação militar. Mas sem os mesmos resultados acabarão por protelar a inevitabilidade da intervenção estrangeira.

PALAVRAS-CHAVE

Magrebe; Marrocos; Sultões alauitas; Colonialismo; Diplomacia

ABSTRACT

This article analyses the prelude to colonial intervention in the Maghrebi space and, in the particular case of Morocco, the opposition and resistance that was brought to it by the Alawid sultans. Contrary to the dominant narrative elaborated by the great and medium European powers that used it to justify the colonialist and “civilizing” intervention, other sources are used, originating from envoys from small peripheral powers without any ambitions to dominate that space. The Moroccan sultans, contrary to the epithet of uncivilized that many of the sources of the time attribute to them and the classification of violent, xenophobic and isolationist with which much of contemporary European historiography gives them, will try to oppose the prelude of European colonialism, using the same weapons as the powers on the northern shore of the Mediterranean: diplomatic means and military action. But without the same results they will end up delaying the inevitability of foreign intervention.

KEYWORDS

Maghreb; Morocco; Alawid sultans; Colonialism; Diplomacy

INTRODUÇÃO

A importância do espaço magrebino no derradeiro quartel do século XVIII e primeiras décadas de Oitocentos revelou-se uma realidade. Os avanços das principais potências europeias na tentativa de criar as condições que sustentassem a utilização geopolítica e geoestratégica decorrente da sua situação privilegiada no Mediterrâneo Ocidental e do controlo da entrada do *Mare Nostrum*, visando uma posterior colonização, foram um facto impossível de negar. França e Inglaterra, os poderes que à época se digladiavam pela supremacia no espaço europeu, não diferiram substancialmente nos meios utilizados para procurar concretizar os seus objetivos.

Todavia, outras potências houve, de menor dimensão, que a todo o custo, de forma mais ou menos dissimulada, pretenderam também participar em todo este processo que começou a ser construído e desenvolvido em finais de Setecentos e durante todo o século XIX. O reino de Marrocos constituiu, até ao desembarque das tropas francesas em Sidi Ferrouche no ano de 1830, um alvo preferencial nesta estratégia de controlo da entrada do Mediterrâneo por potências europeias, atores secundários no embate entre os poderes marítimo e continental pela hegemonia europeia e global.

No espaço xarifino, o poder alauita acabado de sair de um período de grande incerteza política, os trinta anos que se seguiram à morte de Mawlay Ismail (1672-1727), e apesar das reformas, nem sempre pacíficas, levadas a cabo no domínio interno e externo, atraiu, por isso mesmo, o interesse europeu sobre um território caracterizado pela geometria variável do seu *bilad al-makhzen*¹.

Os reinados de Muhammad Ben ‘Abd Allah (1757-1790), Mawlay Yazid (1790-1792) e Mawlay Sulayman (1792-1822) foram marcados pelas tentativas de ingerência de algumas potências europeias de maior ou menor dimensão no seu espaço geográfico, ao sabor de interesses geopolíticos e geoestratégicos, antecipando a implantação do domínio colonial.

As fontes da época e a historiografia produzida até há bem pouco tempo no espaço europeu não se cansam de apresentar essa ingerência como uma inevitabilidade face à “anarquia” reinante em Marrocos, entre 1727 e 1757, e às tentativas de estabilização do *makhzen* marroquino, propiciadoras de uma política interna e externa erráticas, desprezando ou relegando para plano secundário a resistência dos soberanos alauitas à penetração no seu próprio espaço. Todavia, outras fontes existem, ignoradas ou quando conhecidas menosprezadas, que fornecem dados para uma diferente abordagem da resistência marroquina e da sua gestão: as portuguesas. A margem norte do Mediterrâneo concedia assim de forma “altruísta” as luzes da civilização a todo um espaço geográfico que, face às suas condições políticas endógenas, teria de aceitar essa “dádiva” como uma necessidade.

A Revolução Francesa e as guerras napoleónicas afastaram, momentaneamente, o interesse das grandes potências europeias por Marrocos. Todavia, a industrialização do Velho Continente e a exigência de matérias-primas que esta criou, bem como as solicitações dos novos mercados fez, de novo, crescer a importância do espaço magrebino nas opções geoestratégicas e geopolíticas dos futuros colonizadores. A Inglaterra, a França, a Espanha e os Estados Unidos, estes últimos acabados de chegar ao concerto das nações em finais de Setecentos, elegeram o reino alauita como peça a ter em conta nas suas opções de política externa, embora nem todas manifestassem as mesmas ambições sobre aquele espaço.

A imagem que Voltaire transmite de Marrocos no *Essai sur les mœurs* ao afirmar não existir terra mais fértil e rica em colheitas abundantes, convive com o ideário europeu da rejeição expressa pelo “infiel” e pelo “bárbaro” (Berramdane, 1987, p. 10). As obras de William Lempriere (Lempriere, 1793) e James Grey Jackson, (Jackson,

¹ *Bilad al-makhzen*, país sob o controlo do poder estatal. A *dar al-makhzen* é um espaço circunscrito ao poder do palácio real e às suas dependências. Funciona também como a sede do temor reverencial que constitui a essência do poder em Marrocos; lugar central onde se constrói a cultura do poder e de onde emanam códigos de obediência e de comando.

1811), publicadas em Londres, às quais também se devem juntar os comentários dos arabistas portugueses, frei João de Sousa e frei José de Santo António Moura, nas relações das várias viagens que efetuaram a Marrocos e Argel nos derradeiros anos do século XVIII, exemplificam a forma dicotómica de ver o Outro, misto de atração e repulsa.

Jean Hess em *La question du Maroc*, publicado em Paris no ano de 1903, numa viagem de exploração por mais de três mil títulos sobre o Império Xarifino, não se coíbe de afirmar “Pobre Marrocos! Com ele é maltratado”, acrescentando depois que “Um escritor belga afirma, sem rir, que o futuro da civilização em África exige o estabelecimento de um protectorado belga em Marrocos” (Hess, 1903, p. 94). Era uma leitura que, embora desfasada da realidade e dentro do espírito da época, não fazia mais do que seguir na esteira daquela que os enciclopedistas trataram de transmitir à opinião pública no ano de 1750. Hess aduzia ainda, citando G. Montbard em *A travers le Maroc*: “É [Marrocos] o cadinho onde se fundem a bestialidade do negro, a ferocidade do árabe, a astúcia do mouro, a perfídia do judeu, a baixeza de um punhado de renegados, a espuma da população da Europa que resulta no marroquino, um composto de todos estes vícios, uma espécie inútil e nociva que deverá desaparecer perante a invasão dos ocidentais” (Hess, 1903, pp. 98-99).

Para voltar depois a outro dos autores citados na sua bibliografia, Charles de Foucauld em *Reconnaissance au Maroc* (Foucauld, 1888), mencionando a tese deste, defendeu que a França deveria conquistar o território xarifino para trazer a felicidade aos marroquinos (Hess, 1903, p. 104).

Foi alicerçada nestas ideias, e em muitas outras amplamente difundidas por grande parte da moderna historiografia europeia, que se pretendeu ignorar a resistência dos soberanos marroquinos nas tentativas, bastas vezes infrutíferas, de estabilizar a geometria variável do seu *makhzen* e de se afirmarem externamente com o declarado objetivo de manterem a viabilidade de um território alvo das ambições das grandes e médias potências europeias. Numa luta que não só os opunha aos seus adversários internos, mas também à ingerência externa na preparação do terreno para a implantação do colonialismo no Magrebe, como foi o caso do reino espanhol na longa guerra civil que eclodiu no espaço alauita logo após a morte de Mawlay Yazid.

A RESISTÊNCIA ALAUITA PERANTE O AVANÇO COLONIAL: VIA DIPLOMÁTICA E AÇÃO MILITAR

Um Marrocos enfraquecido, saído de um período conturbado de três dezenas de anos, após o longo reinado de Mawlay Ismaïl em que, segundo os cronistas, uma mulher ou um judeu circulavam em segurança entre Oudja e Oued Noun, constituiu uma presa disputada pelas potências marcadas pelas suas próprias conjunturas. Foi todo um período, aquele que precedeu o ano de 1757, em que o discurso pré-colonial nunca hesitou em adjectivar ou sugerir como incivilizado e anárquico, sempre ignorando as condições endógenas que o propiciaram, e que só seria possível de ser resgatado pela intervenção europeia.

Dois procedimentos conjugados foram adotados para concretizar a penetração do colonialismo em Marrocos: a via diplomática e a ação militar (Berramdane, 1987, p. 20). No entanto, os sultões do Renascimento Alauita confrontaram os seus opositores nos mesmos campos ainda que com armas diferentes.

Portugal foi relevante em todo este processo, não como potência com quaisquer ambições coloniais no espaço alauita, ciente da sua condição de poder periférico, mas sim através de um pragmatismo político que soube gerir, nas relações com Marrocos, as consequências do desastre de 4 de agosto de 1578 em Oued al-Makhzen, num entendimento quase perfeito com a sociedade marroquina e os seus sultões. Sobretudo com a capacidade amplamente demonstrada pelos portugueses, após 1774 de lerem a alteridade marroquina. É com base na documentação dos representantes diplomáticos do reino português ou dos seus enviados a terras do Magrebe – aquando das ratificações de instrumentos diplomáticos com os soberanos marroquinos, sempre obrigatórias depois da aclamação de um novo sultão –, que se podem conhecer as pressões que estes sofreram e a resistência manifestada no sentido de as contrariar.

Portugal foi dos primeiros reinos europeus a concluir um tratado com o seu congénere alauita. Após o abandono de Mazagão no ano de 1769 e depois das preliminares conversações firmou-se o “Tratado de paz entre El-rei o Senhor Dom José I e Saed Mohammad ben Abdllah, Imperador de Marrocos, assignado na cidade de Marrocos, aos 12 dias de Ramadan de 1187 annos da Hegira que corresponde a 11 de Janeiro de 1774”. Este tratado não se haveria de esgotar na sua assinatura, mas antes ser ponto de partida para o relacionamento integrado com outras realidades políticas que pontificavam no espaço magrebino, sem as quais a política externa portuguesa não teria qualquer sustentabilidade numa zona marítima de fundamental importância a sul da Península, o ocidente do Mediterrâneo (Afonso, 2004, pp. 83-95).

Muhammad Ben ‘Abd Allah herdou um reino desorganizado e profundamente dividido ao qual, todavia, tentou conferir alguma sustentabilidade mesmo antes de ter sido entronizado como sultão. Senhor de razoável instrução, este sultão marroquino, possuía grande conhecimento dos meandros da política do seu país, adquirido como califa de Marraquexe, cargo para o qual foi nomeado por seu pai Mawlay ‘Abd Allah. A diplomacia secreta que com frequência utilizou para tentar controlar a geometria variável do seu *makhzen* nada nos diz que não tenha também sido aplicada no relacionamento com as potências europeias e outros poderes magrebinos, bem como com o senhor de Constantinopla.

Com a Regência de Argel estabeleceu contactos para convencer o *Dey*², no poder, a libertar os cativos cristãos ali retidos, na tentativa de obter uma reciprocidade por parte das potências da cristandade em relação aos muçulmanos na sua posse. O resgate dos muçulmanos, resultado da ação do corso e marinhas de guerra europeias, constituiu uma das suas preocupações que, a ser concretizada, lhe conferiria o reconhecimento junto da comunidade dos crentes, bem como o respeito do sultão otomano a quem disputava, ancorado na genealogia do Profeta, a direcção da *umma*³. Os alauitas, que se consideravam califas, exigiam um estatuto idêntico ao do sultão de Constantinopla nas relações com as potências estrangeiras (Laroui, 1994, p. 263).

Foi com Mustafá III que o sultão marroquino estabeleceu mais estreitos contactos, tentando, no entanto, que estes decorressem sempre num plano de estrita igualdade e nunca como vassalo. Para isso, enviou ao sultão otomano várias embaixadas conduzidas por personagens gradas do *makhzen*, como a do ano de 1786, dirigida por Zayyani, um dos cronistas da dinastia alauita.

O xarife de Meca e as mais relevantes personalidades da cidade santa da Península Arábica foram também alvos privilegiados da diplomacia de Muhammad Ben ‘Abd Allah. Para além de valiosos presentes que com frequência lhes remeteu, o sultão marroquino casou igualmente uma das suas filhas com este alto dignitário do islão sunita no ano de 1768.

Em relação às potências europeias e a outras de quadrantes geográficos diferentes, que se preparavam para emergir na cena política internacional e alterar o *status quo* no ocidente mediterrânico, Muhammad Ben ‘Abd Allah oscilou entre a desconfiança e a necessidade. A dúvida, em relação aos infiéis, baseava-se no conhecimento que tomara de três projetos apresentados ao rei de França para a ocupação de zonas sensíveis do território marroquino e, outrossim, pela ideia, ainda prevalecte em Espanha, do prosseguimento da Reconquista em terras norte africanas (Le Tourneau, 1966, p. 124).

No ano de 1757, no seguimento da sua abertura ao exterior, Muhammad Ben ‘Abd Allah assinou um tratado com a Dinamarca, país sem ambições territoriais sobre o espaço marroquino e que por isso mesmo não significava grande ameaça, concedendo-lhe o monopólio comercial do porto de Safim (Laroui, 1994, p. 265).

² *Dey*, alteração da palavra proveniente do turco *dâi* (tio). Título usado pelos governantes supremos da Regência de Argel desde o fim do período dos *aghas* até à invasão francesa no ano de 1830.

³ *Umma*, comunidade dos crentes.

Todavia, no seguimento de um projeto de tratado apresentado em 1750 por homens de negócio da praça de Marselha, que não colheu aceitação por parte do *makhzen*, outro seria elaborado no ano de 1764 e de pronto recusado por os seus proponentes sugerirem a atribuição a França da cidade de Tânger, porto de inquestionável relevância estratégica no litoral marroquino. Face às frustradas incursões diplomáticas do colonialismo francês, rapidamente, este passou à ação militar.

Após várias investidas que se traduziram no bombardeamento dos portos de Salé e Larache, o enviado de Luís XV assinou em Marraquexe, a 30 de maio de 1767, um acordo que estabelecia a liberdade de comércio e navegação com o reino alauita e acordava, ao seu representante, estatuto de proeminência sobre os cônsules das restantes potências europeias. Dias antes, a 26 de maio de 1767, um convénio semelhante tinha sido concluído com o reino espanhol.

As relações de Espanha com Marrocos, durante o século XVIII, caracterizaram-se pela instabilidade, como resultado do renascente interesse em alargar o seu espaço de influência em território alauita. Para ele contribuíram dois fatores: um político girando em torno das usurpações territoriais por parte da monarquia ibérica; outro económico, relacionado com as estratégias comerciais implantadas em ambas as margens do Estreito de Gibraltar (Carmona Portillo, 2015, p. 1141).

Para Ramón Lourido, as facilidades concedidas por Ben ‘Abd Allah ao reino de Espanha tiveram origem no auxílio prestado por Madrid nos anos em que o seu reino foi atingido por fomes e epidemias. Mas, subjacente a tudo isto estava o enriquecimento dos homens de negócio espanhóis e do próprio sultão, embora os objetivos que os orientassem fossem de diferente natureza.

Pelo porto de Dar al-Bayda exportou-se muito do trigo proveniente da província de Chauia que, face ao aumento da procura, incrementou de forma considerável a sua produção. Muhammad Ben ‘Abd Allah arrecadou com estes negócios a apreciável quantia de 591.252 pesos duros que depositou numa entidade financeira de Cádiz, para a manter a salvo da instabilidade marroquina e em especial do seu filho e sucessor Mawley Yazid (Carmona Portillo, 2015, p. 1144). Convém, todavia, acrescentar que grande parte desta soma foi aplicada no resgate de cativos muçulmanos em Malta, no âmbito daquilo que pode ser considerada a ofensiva diplomática do sultão alauita no sentido de disputar ao senhor de Constantinopla a primazia na direção da comunidade dos crentes.

A opção pelo comércio, estratégia de resistência deste monarca alauita que buscava consideráveis rendimentos para o seu *makhzen*, traduzida na fundação de Essaouira no ano de 1765 e no desempenho dos seus *Tujjār al-Sultān*⁴ (Abitbol, 1998) no escoamento da rica produção cerealífera das planícies marroquinas, levaria ao alargamento das suas opções diplomáticas. Para além da Inglaterra, Espanha e França, relações comerciais foram outrossim estabelecidas com os Países Baixos, Dinamarca, Génova e Suécia. E, também, nunca é demais lembrar que nesta estratégia terá de se incluir o reconhecimento da independência dos Estados Unidos. Marrocos foi o primeiro país a pronunciar-se sobre o reconhecimento da nova nação americana, traduzido na assinatura de um tratado de comércio com aquele emergente poder atlântico. Este haveria, ainda, em finais de Setecentos, de penetrar no espaço mediterrânico e atingir de forma significativa o curso das Regências de Trípoli e Argel, abalando toda a estratégia da velha Europa que visava, aí e no Atlântico, regular fluxos comerciais.

No entanto, a abertura do sultão Muhammad Ben ‘Abd Allah proporcionaria igualmente condições bem diferentes daquelas que seriam expectáveis aquando da sua criação. A penetração de homens de negócio provenientes da margem norte do Mediterrâneo revelou-se problemática pela dependência criada, resultante de condições exógenas ao espaço marroquino, e motivou a oposição manifestada através do curso inglês e francês à criação de uma verdadeira marinha mercante que transportasse, em navios de bandeira, as suas próprias produções.

⁴ *Tujjār al-Sultān*, Comerciantes do Sultão.

Estabeleceram-se assim os prelúdios da intervenção colonial que haveria de atingir o seu auge, sob variadas formas, no decorrer do século XIX e primeiros anos do XX.

O comércio marítimo experimentou, desta forma, algum desenvolvimento, mas como continuava essencialmente nas mãos de estrangeiros e beneficiava, sobretudo, elementos da minoria dirigente, não se converteu num fator aglutinador do tecido social. Pouco a pouco, a ameaça militar europeia deu a vez à ingerência económica (Carmona Portillo, 2015, p. 1141).

Embora os sultões marroquinos tenham recorrido a uma sábia dosagem de força e diplomacia, tratando de subsistir através do comércio externo, de uma forma ou outra, a solução revelou-se instável. Ao depender dos que financiavam e dirigiam este comércio foram mais suas vítimas do que beneficiários (Laroui, 1994, p. 269). Em Marrocos, a incerteza das condições endógenas e a falta de recursos apelavam à intervenção estrangeira. Estavam criadas as circunstâncias, tanto internas como externas, para o avanço da cupidez colonial.

Muhammad Ben 'Abd Allah morreu no ano de 1790, sendo depois aclamado Mawlay Yazid, após um breve período de instabilidade interna. A maioria dos historiadores europeus viram o novo sultão como um governante “fanático” e “xenófobo”, acabando também por considerar o seu sucessor, Mawlay Sulayman, como isolacionista, hostil em relação à Europa, fechando Marrocos aos não muçulmanos (Ihraï-Aouchar, 1990, p. 30). Mawlay Yazid não apresentava o perfil adequado às ambições do colonialismo espanhol que, de pronto, se aprestou de novo a intervir nos assuntos internos marroquinos. A morte de Yazid, em fevereiro de 1792, abriu um longo período de guerra civil, ao qual não foi estranha a oposição do defunto sultão aos desejos do reino de Espanha sustentados por uma anacrónica ideia de Reconquista.

Portugal, logo no ano de 1797, apressou-se a congratular o novo sultão Mawlay Sulayman pela vitória sobre os seus opositores, enviando para isso o cônsul Jorge Colaço a Fez. O enviado português apresentou, na mesma ocasião, as “pretensões da nossa Corte”⁵. No ano de 1798, Jorge Colaço voltou a Fez para ratificar o Tratado Luso-Marroquino de 1774. Frei José de Santo António Moura, intérprete do diplomata português nesta nova e importante diligência, narrou a viagem com um título que é um verdadeiro programa de ação em política externa⁶. Portugal tentou não permanecer à parte das potências coloniais europeias, ciente da sua condição periférica, mas em simultâneo esforçou-se por aproveitar as possibilidades negociais que a sua dimensão lhe conferia.

O reinado de Mawlay Sulayman foi um tempo de importantes decisões no campo militar e diplomático, vertentes em que era possível afrontar as ambições coloniais e resistir-lhes. Foi assim que o sultão, no contexto da luta que lhe foi movida pelos seus opositores entre 1792 e 1798, enfrentou as três fases em que esta se dividiu (El Mansour, 1988, pp. 89-98). Após este conturbado período, o alauita haveria também de enfrentar a Grande Peste de 1799-1800 e as consequências sociais e políticas que daí advieram.

Tudo isto não o impediu, tendo em conta as mais variadas pressões das potências europeias, de tentar atuar no campo da política externa, preocupar-se com a sua marinha, resolver o anacronismo da *jihad* marítima e, na sequência daquilo que um dos mais importantes historiadores do seu reinado designou de “Maroccan Fears” (El Mansour, 1988, p. 111), reaproximar-se da Inglaterra entre os anos de 1800 e 1814, enfrentando as tensões com a França que daí decorreram.

Apesar dos esforços de Muhammad Ben 'Abd Allah para a criação de uma marinha de guerra e mercante na segunda metade do século XVIII, a inferioridade perante as suas principais congéneres europeias não foi alterada.

⁵ Biblioteca Nacional de Portugal (BNA). *Collecção de Diarios co-ordenados por Fr. João de Souza, e por Fr. Jozé de Sto. Antonio Moura, Officiaes e Interpretes de Lingoa Arabica, nos quaes se relatão os acontecimentos politicos succedidos que foi por elles observado nas seguintes jornadas nos estados barbarescos*, fl. 62. COD. 8543. <https://purl.pt/27108>

⁶ *Idem*, fl. 71.

Segundo uma fonte da época, a marinha imperial compunha-se de uma quinzena de fragatas, alguns chavecos e vinte a trinta galeras a remos (Lempriere, 1793, p. 210). Um agente francês, o capitão Burel, no ano de 1808, avaliou a frota marroquina em aproximadamente doze unidades baseadas em Larache e Salé operadas por 850 tripulantes. Com o fim das guerras napoleónicas assistiu-se à desintegração desta força naval, sendo algumas das suas unidades oferecidas aos *deys* de Argel e Trípoli. No ano de 1820 a marinha marroquina deixou de existir e o seu último navio foi oferecido à regência argelina (El Mansour, 1988, p. 111). Terminava, assim, o mito da *jihad* marítima e a tentativa de oposição ao colonialismo europeu através de uma qualquer ação militar.

As tendências isolacionistas, que caracterizaram a política marroquina neste período, foram determinadas em larga medida pelo expansionismo colonial europeu e pela penetração *wahhabita* proveniente da Península Arábica no espaço marroquino. Durante o reinado de Mawlay Sulayman o espectro da invasão, por uma potência da margem norte do Mediterrâneo, pairou sempre sobre o Império Alauita.

A ocupação do Egipto pelos exércitos napoleónicos no ano de 1798 foi encarada em Marrocos como uma tragédia para o Islão. Os seus efeitos fizeram-se sentir por todo o Magrebe na medida em que o Egipto não era só parte importante da *Dar al-Islam*, mas também ponto de passagem obrigatório para os peregrinos que do Ocidente demandavam Meca e o túmulo do Profeta na Península Arábica.

No Magrebe a tomada do Egipto não foi apenas vista como um incidente isolado, mas sim como parte de um plano mais vasto de domínio do infiel sobre o mundo islâmico. E não ficando apenas pelas palavras, um marroquino, o asceta al-Jilali al-Siba'i, que viveu em Meca nos últimos anos do século XVIII, levantou um exército de voluntários e levou a *jihad* ao território egípcio profanado pelas tropas francesas (El Mansour, 1988, p. 111).

No ano de 1800 correram em Marrocos rumores sobre uma possível incursão europeia a partir da praça espanhola de Ceuta, agravados pela chegada a Cádiz de tropas francesas. As autoridades marroquinas não esconderam os seus receios e, de pronto, avisaram a Inglaterra que a ela recorreriam no caso do avanço da França sobre o seu território e que viam esta potência como o único obstáculo capaz de impedir tal ação.

No seio do *makhzen* marroquino respirou-se alguma segurança, ainda que temporariamente, depois do domínio britânico no Mediterrâneo, sobretudo após a decisiva batalha de Trafalgar em outubro de 1805. Mawlay Sulayman achou-se então resguardado para encetar a elaboração de planos no sentido de recuperar Ceuta ao colonialismo espanhol. Ideia que ganhou forma após a invasão francesa do território português, pois a praça espanhola do litoral magrebino representava para o sultão marroquino o único ponto exequível para um ataque massivo das tropas franco-espanholas. A vitória dos exércitos aliados, comandados por Arthur Wellesley, na Península Ibérica e a consequente expulsão dos exércitos napoleónicos, no ano de 1813, foi acolhida com grande alívio em Marrocos.

Não se pode, porém, deixar de mencionar que a aproximação à Inglaterra por parte das autoridades marroquinas, numa hábil manobra diplomática de resistência, não fez mais do que protelar os avanços do colonialismo europeu sobre o seu espaço geográfico, sendo de particular interesse para a monarquia britânica, bem assim como para Portugal.

A Inglaterra, na sequência do Tratado de 1801 assinado com Mawlay Sulayman, beneficiou, entre outras permissões, da licença para importar 2000 cabeças de gado para Gibraltar, usufruindo de substancial redução de direitos de exportação, a que juntou o aprovisionamento de trigo para os exércitos que combatiam na Península o invasor napoleónico⁷. Portugal iria, ainda, tirar partido da aproximação do sultão alauita à monarquia britânica, na influência que esta última iria ter na obtenção da paz do reino português com a Regência de Argel, tradicional

⁷ Para além do aprovisionamento cerealífero necessário para os exércitos aliados que combatiam na Península Ibérica o invasor francês e para a especulação que girava em torno desse abastecimento indispensável para alimentar a população portuguesa, eram também de capital importância as cabeças de gado para mover a artilharia luso-britânica.

opositor do Império Alauita, e na segurança da navegação portuguesa até então vítima das depredações do corso argelino.

O fim das hostilidades no espaço europeu reduziu a importância do Império Alauita para a Grã-Bretanha. Mas a influência britânica, firmemente estabelecida, manteve-se até ao fim do século XIX (El Mansour, 1988, p. 115). E, de alguma forma, protelou os avanços dos colonialismos francês e espanhol. Todavia, nos primeiros anos do século XIX, os três países magrebinos estavam profundamente unidos nas suas deficiências, nenhum dispunha de um exército forte ou de autonomia financeira. Todos, assim, seriam inevitáveis vítimas da ocupação estrangeira (Laroui, 1994, p. 275).

MAWLAY YAZID E A RESISTÊNCIA AO COLONIALISMO ESPANHOL

A maioria das fontes europeias da época, bem como muita da historiografia produzida no Velho Continente nos séculos XIX e XX, não se coibiu de apresentar, navegando ideologicamente a corrente justificativa da penetração colonial, Mawlay Yazid como um sultão xenófobo, de carácter violento e promotor dos terríveis *pogroms*, entre 1790 e 1792, que Michel Abitbol não hesitou em classificar como uma das páginas mais negras do judaísmo norte-africano, juntamente com as crises de 1735 no Egipto e de 1805 em Argel⁸ (Abitbol, 2003, p. 115). O seu curto reinado decorreu num conturbado momento da história da Europa que atingiu todo o Magrebe. Todavia, foi igualmente neste período e no que seguiu à sua morte que a Espanha se mostrou mais interventiva nos assuntos internos marroquinos, no sentido de que fosse aclamado um soberano mais adequado aos seus interesses e ambições coloniais.

Proclamado Mawlay Yazid em abril de 1790, reconhecido em geral em todo o espaço marroquino, este tentou reforçar a estabilidade interna, bem como encetar uma mudança significativa nas relações com a Europa. Começou por eliminar antigos colaboradores de seu pai, com especial atenção para aqueles com estreitas ligações a potências demasiado intervenientes nas questões marroquinas. Um dos seus primeiros alvos foi Muhammad Ibn al-'Arabi Effendi, também chamado Qâdûs, que encarcerou logo após a sua proclamação. Poucos dias depois, Effendi foi executado tendo a sua cabeça sido colocada na porta do convento que os franciscanos espanhóis administravam em Mequinez e uma das mãos enviada ao governador de Tânger, para que este a afixasse na porta do consulado de Espanha nesta cidade (Arribas Palau, 1962, p. 5).

Embora historiadores das antigas potências coloniais não o afirmem, não será difícil de crer que a extrema violência cometida contra Effendi se tenha devido à sua estreita ligação aos interesses espanhóis. No entanto, sabe-se igualmente que em consequência destes acontecimentos o cônsul de Espanha, Juan Manuel González Salmon, acabou por se retirar para o seu país, em setembro de 1790, estabelecendo-se em Cádiz. Como resultado deste extemporâneo abandono foi-lhe necessário recorrer a vários “confidentes” para o manterem informado do que ocorria em Marrocos. Um deles, a quem Juan Manuel recorreu, foi o governador de Salé, Dris, a quem se juntaram representantes das potências europeias no espaço alauita, bem como homens de negócio que comerciavam com os portos e *hinterland* marroquinos⁹. A tudo isto haveriam de se juntar as muitas remessas de dinheiro para o governador de Salé, a coberto de transações comerciais em embarcações neutrais (Carmona Portillo, 2015, p. 1144). As entregas mantiveram-se mesmo depois da morte de Mawlay Yazid, porque o objetivo final não era só derrubá-lo, mas também colocar no poder um sultão abertamente favorável aos interesses espanhóis.

⁸ A crise de 1805 em Argel está amplamente documentada nas fontes portuguesas pois teve como causa próxima o falhanço das negociações para o resgate dos cativos do Reino naquela Regência nas quais foi intermediário o judeu argelino Naftali Busnach que acabaria morto durante os motins que ali tiveram lugar.

⁹ Juan Manuel González Salmon possuía um informador em pleno consulado português em Tânger, Juan Manuel Gomez secretário do cônsul de Portugal.

A partir da segunda metade do século XVIII, os espanhóis rumaram a Marrocos para aí tentarem ganhar a vida, variando o seu número entre algumas dezenas em 1767 e cerca de 8000 em 1896. Logo após 1767, a diplomacia espanhola começou a mover-se rumo ao reino xarifino. Depois de 1774, Tânger converteu-se no centro desta diplomacia que se organizou em torno de um cônsul-geral, centralizando a informação recebida de um conjunto de representações espalhadas por locais de relevância estratégica no espaço marroquino (Larache, Tetuão, Mogador, Casablanca, Rabat, Safim e Mazagão).

Os cônsules europeus organizavam-se em torno de autênticas dinastias familiares, como foi o caso dos irmãos González Salmon, no que diz respeito ao reino espanhol, e os Colaço, em relação a Portugal. A extensão da rede diplomática de Espanha fez-se, sobretudo, à custa de judeus protegidos pelos irmãos Salmon, tendo Juan Manuel Gongález chegado a Marrocos como funcionário da casa de comércio Borrajo, em 1772, e assumido o posto de cônsul-geral, entre 1784 e 1795 (Martin Corrales, 2012, p. 199).

Por seu lado, os franciscanos mantiveram missões em Mequenez, Marraquexe e Fez, como apoio aos cativos cristãos que aí se encontravam, desempenhando também um papel importante nas negociações do tratado com o reino espanhol, do ano de 1767, e funcionando como agentes daquela monarquia ibérica. O que levou à extensão das suas missões a Tânger, Tetuão, Safim e Mogador. Homens de negócio espanhóis estabeleceram sociedades, num pragmatismo ao que tudo indica contra a narrativa dominante, com muçulmanos e judeus, como foi o caso de Joaquim Santiago com um comerciante marroquino em Larache no ano de 1782 (Martin Corrales, 2012, p. 211).

Durante as primeiras três décadas do século XIX, o crescimento da presença hispânica deveu-se, sobretudo, aos evadidos dos presídios espanhóis em território marroquino. Por outro lado, a conquista da Argélia, pela França no ano de 1830, alterou todos os dados geoestratégicos e estimulou em definitivo o interesse do colonialismo espanhol, que assim se viu obrigado a acelerar a sua penetração num espaço ameaçado pela colonização francesa. Uma imagem negativa, em relação aos muçulmanos e aos marroquinos em particular, foi criada e ganhou raízes na monarquia ibérica que alimentou a suspeição e desconfiança entre os dois reinos, envenenando o seu relacionamento.

O discurso das potências com ambições coloniais em relação ao espaço magrebino, e por maioria de razão o do reino de Espanha, sempre se escorou nas violências praticadas por um sultão com quem diziam ser impossível tratar e que se recusava a receber a “civilização” outorgada pelos monarcas europeus. O pensamento político da época, dominante na margem norte do Mediterrâneo, que haveria de vigorar também nos séculos seguintes, sempre leu muita da violência magrebina como uma rejeição dos benefícios “civilizacionais” e nunca como uma forma de resistência e de procura de autonomia.

Todavia houve enviados de pequenos poderes periféricos que nos seus relatos de viagens efetuadas ao Magrebe colocaram em causa a narrativa predominante no espaço europeu. No ano de 1790, Portugal enviou a Tânger Jacques Filipe de Landerset, cavaleiro da Ordem de Cristo, brigadeiro dos exércitos reais e governador da cidade de Faro. Como intérprete acompanhou-o o reputado arabista frei João de Sousa, religioso da Congregação da Terceira Ordem da Penitência de São Francisco, a quem se ficou a dever a detalhada descrição desta viagem a Marrocos. O relato da deslocação, que se realizou entre os dias 9 de dezembro de 1790 e 10 de março de 1791, tendo como principais objetivos a ratificação do Tratado Luso-Marroquino de 1774, a concessão de portos para o comércio de trigo e gado com o reino português, é pródigo em informação.

Assim, logo no fólio inicial e na longa introdução, sobre as finalidades que presidiram ao envio da embaixada, encontra-se a nota que refere uma das muitas “violências” do alauita Mawlay Yazid. Frei João de Sousa menciona que o novo sultão, logo após a sua aclamação, convocou todos os representantes das cortes europeias instalados em Tânger, exceto o de França que residia em Salé, transmitindo-lhes que só queria manter a paz com Inglaterra e Suécia, declarando a guerra às demais nações. Pode ler-se, nesta declaração, o reconhecimento do papel dos

britânicos como dissuasores das ambições coloniais de França e Espanha, bem como a importância de alguns poderes norte europeus no comércio de importação e exportação com Marrocos.

Todavia, a exigência de Mawlay Yazid foi revertida pela intervenção, devidamente recompensada pelos cônsules europeus de um seu valido, governador de Tânger, junto do novo sultão que condescendeu, então, em receber embaixadores das potências. Se, no entanto, a mudança de posição das autoridades marroquinas, na tentativa de uma nova abordagem à sua política externa, com vista a uma melhor resistência aos avanços do colonialismo europeu, se revelou um sucesso, o mediador não colheu grandes resultados da sua intervenção a crer nas revelações de frei João de Sousa: “Este Governador [de Tânger] foi morto com dous tiros de pistola pela própria mão do Rei actual, depois da fuga do Embaixador de Hespanha, julgando que elle Governador lhe dera ocasião para fugir com seu irmão, Padres Missionários, e mais Hespanhoes residentes em Tânger”¹⁰.

Frei João de Sousa refere-se ao novo governador de Tânger um pouco à revelia da narrativa pré-colonial dominante, acerca da dificuldade em tratar com as autoridades marroquinas: “Taher Feniche, homem de boa presença, político afável, e de bom senso. Em vida do Rei defunto enviado as Cortes de Paris, e Londres, e por trez vezes a Constantinopla”¹¹. Nunca é de mais sublinhar a atribuição a diplomatas experientes, no caso Taher Feniche, das negociações com as potências europeias, mesmo que periféricas, como era o caso de Portugal. Este diplomata marroquino acabará também por intervir nas negociações para a ratificação do Tratado Luso-Marroquino de 1774, já em 1798 durante o sultanato de Mawlay Sulayman de acordo com a referência de frei José de Santo António Moura: “Chegou hoje de manhã Taher Feniche, nosso conductor. Este sujeito he um dos principaes Mouros deste Reino, tanto em qualidade, como em conhecimento. Enviado do Pai do actual Soberano esteve enviado em Londres, Paris, Hespanha, e em Constantinopla por varias vezes”¹².

De referir, ainda, as investidas de Mawlay Yazid na pacificação do *bilad al-siba*¹³. Vistas e enquadradas nas fontes europeias como resultado da incivilidade do espaço marroquino e rotuladas de anárquicas por grande parte da moderna historiografia, elas não escaparam à observação do religioso português que as viveu: “Estando na mesa [com o cônsul de Inglaterra] receberão a notícia de terem ido à presença d’El Rei quatrocentas cabeças dos rebeldes que assolavão, e infestavam as estradas de Marrocos, roubando e matando os passageiros, sem perdoarem a Mouro, ou a Judeo”¹⁴.

Sobre o carácter deste sultão resistente pode, outrossim, recorrer-se às fontes marroquinas. No *Kitâb Elistiqsâ*, longo resumo da história de Marrocos, da autoria de Ahmed Ennâsiri Esslâoui, lê-se: “Na verdade, este príncipe era generoso, corajoso; ele estava firmemente comprometido com os valores da nobreza; era piedoso; gentil com os descendentes do Profeta; bom com as pessoas boas a quem fazia doações; cumpridor das orações, quando chegava a hora, numa viagem ou estadia, nada o fazia distrair disso. Foi considerado um príncipe perfeito (Esslâoui, 1906, p. 364)”.

É possível, todavia, seguindo as boas regras da análise histórica, questionar a descrição de Mawlay Yazid elaborada por um cronista marroquino funcionário do *makhzen* e talvez interessado em traçar do seu sultão um retrato elogioso. Volte-se então de novo ao relato da embaixada de dezembro de 1790 e ao que, sobre o alauita, afirmou

¹⁰ BNP, *Collecção de Diarios co-ordenados por Fr. João de Souza e por Fr. Jozé de Sto. Antonio Moura...*, fl. 37.

¹¹ *Idem*, fl. 38v.

¹² *Idem*, fl. 73 v. Nesta viagem o enviado português Jorge Pedro Colaço foi portador de um artigo para acrescentar ao Tratado Luso-Marroquino de 1774.

¹³ *Bilad al-siba*, País da dissidência.

¹⁴ BNP, *Collecção de Diarios co-ordenados por Fr. João de Souza e por Fr. Jozé de Sto. Antonio Moura...*, fl. 39.

frei João de Sousa: “El Rei he de estatura mais que ordinária, claro, de barbas pretas, e de semblante alegre, porem majestoso: tem quarenta e quatro anos de idade, e he muito liberal”¹⁵.

Para além da interessante referência à cor de pele do sultão e à sua liberalidade, o religioso da Terceira Ordem da Penitência de São Francisco transmitiu, também, a impressão do próprio Jacques Filipe de Landerset, sobre Mawlay Yazid, “O Embaixador veio cheio de admiração da urbanidade daquelle Soberano, e das honras que sempre lhe fez”¹⁶. Finalizava com uma referência ao significado que alguns despojos, reais ou imaginários, constituídos por peças de mobiliário do espólio do exército, derrotado em agosto de 1578, em Oued al-Makhazen, possuíam como legitimadores da luta contra o infiel vindo do outro lado do Mediterrâneo. E acrescentava, ainda, que “nos certificarão pessoas de verdade, que o Rei actual conservava em seu poder a espada de El Rei D. Sebastião”¹⁷. Constatava-se, igualmente, a quase rutura das relações de Marrocos com o reino espanhol e de como era diferente a leitura de um enviado de um país sem quaisquer ambições coloniais a este espaço magrebino, daquelas elaboradas e amplamente publicitadas que visavam sustentá-las ideologicamente.

O abandono do território marroquino por parte do cônsul de Espanha, em setembro de 1790, após múltiplas ingerências na política do Império Alauita que a elas resistiu, numa sábia mistura de violência e diplomacia, não esgotou as tentativas do colonialismo espanhol. Quando, em fevereiro de 1792, morreu Mawlay Yazid, o seu sucessor e irmão foi proclamado em Fez no mausoléu de Mawlay Idriss. De imediato, face à contestação de outros pretendentes, eclodiu uma guerra civil que se estendeu até ao ano de 1798.

O sultanado de Mawlay Yazid não se revelou pacífico, do ponto de vista da contestação interna por parte dos príncipes da casa alauita. E a tentativa de formar um partido, com o intuito de questionar a legitimidade do novo sultão, prontamente se concretizou, o que levou alguns dos xarifes do santuário de Al-Salam Ibn Masis a acusar os seus compatriotas que ali se dirigiam em peregrinação, de tentarem pôr Mawlay Muslama, um dos contestatários, em contacto com Espanha, no sentido de lhe serem fornecidos os meios necessários para se sublevar contra o já proclamado sultão (Arribas Palau, 1962, p. 7).

O inevitável reaparecimento de Espanha, face às suas ambições coloniais em todo este processo, agudizou-se com o agravamento das relações de Carlos IV com o Império Alauita. José Manuel González Salmon, então já na sua residência de Cádiz ao abrigo das “violências xenófobas” do legítimo sultão marroquino, encarregou o seu agente Dris, governador de Tânger, de oferecer a ajuda do reino espanhol aos príncipes Mawlay Muslama e Mawlay Hisham (outro dos possíveis pretendentes). Acrescentava também o cônsul-geral de Espanha que o rompimento com Mawlay Yazid levaria ao reconhecimento da utilidade da ajuda espanhola por parte dos príncipes marroquinos que reclamavam o poder.

Todavia, outro príncipe alauita suplantou Mawlay Hisham na estratégia espanhola para conquistar, do ponto de vista geopolítico, o espaço marroquino, Mawlay ‘Abd al-Rahman. Os novos pretendentes estavam carecidos de fundos e de uma pequena esquadra que lhes permitisse receber em segurança os fluxos financeiros remetidos pelo colonialismo espanhol.

O agente de Luis González Salmon, Dris, propõe-lhe então negociar com ambos os pretendentes, definir estratégias para a sua sublevação, sugerindo igualmente que, no final, a Espanha acabasse por apoiar aquele que estivesse em melhores condições para derrotar o legítimo sultão. A proposta de Dris foi aceite pelo conde de

¹⁵ *Idem*, fl. 48.

¹⁶ *Idem*, fl. 50v.

¹⁷ *Idem*, fl. 53.

Floridablanca¹⁸ visto que, segundo este último, evitaria que o nome de Salmon surgisse neste estranho processo negocial. Dris chegou mesmo a recomendar que, no caso de ocorrer a morte de Yazid, numa qualquer tentativa de fazer retornar Ceuta ao seio do *makhzen* marroquino, Mawlay Muslama deveria apoderar-se de Tânger com a ajuda de Espanha, aproveitando a declaração de guerra de Carlos IV a Mawlay Yazid de 18 de setembro de 1791.

Em todo o processo de contestação ao poder do sultão marroquino, entronizado em 1790, é visível a interferência de Espanha que haveria de estender-se durante a guerra civil de 1792-1798 já sob o sultanato de Mawlay Sulayman.

Mawlay Yazid derrotou, em fevereiro de 1791, perto de Marraquexe, as tropas de um dos pretendentes. Contudo, em resultado dos ferimentos recebidos, morreu poucos dias depois. Em Tânger, quando teve conhecimento da notícia, Mawlay Muslama foi proclamado, até Mawlay Sulayman conseguir impor a sua autoridade que haveria de se estender até ao ano de 1822 (Arribas Palau, 1962, p. 25). À proclamação deste pretendente foi de imediato associada por Juan Manuel Gomez, homem de confiança de Luis González Salmon e secretário do cônsul português em Tânger, a intenção de enviar dois emissários a Espanha como seus representantes (Arribas Palau, 1960, pp. 215-233).

A resistência às investidas coloniais do reino espanhol por parte dos sultões alauitas, da segunda metade de Setecentos e primeiros anos de Oitocentos, embora sem grandes resultados, não pode nem deve ser negada. E ter-se-á de voltar, de novo, às fontes portuguesas para constatar como essas investidas, mais ou menos dissimuladas, se mantiveram durante o sultanato de Mawlay Sulayman.

No dia 6 de janeiro de 1797, mesmo antes do fim da guerra que vários pretendentes moveram contra o seu legítimo sultão, Portugal, numa hábil manobra de antecipação diplomática, enviou uma embaixada a Marrocos. Tratava-se de assegurar as pretensões à atribuição de um ou mais portos, para as importações de trigo e gados tão necessários ao reino português. A descrição desta viagem, agora a cargo de frei José de Santo António Moura, também arabista, que acompanhara em 1790 o seu mestre frei João de Sousa a Marrocos para se aperfeiçoar na língua arábica, é bem elucidativa, no seu título, dos objetivos que se pretendiam alcançar.

As tentativas de interferência espanhola nos assuntos internos do reino alauita, não tinham cessado apesar da eminente vitória de Mawlay Sulayman sobre os seus opositores e a derrota do *bilad al-siba* perante o *bilad al-makhzen*. Santo António Moura, na entrada do seu diário do dia 20 de fevereiro de 1797, refere uma das muitas formas de atuação dos agentes ao serviço das investidas do colonialismo da monarquia ibérica e de como ela tentava quebrar a resistência marroquina, atuando mesmo sobre os desígnios de pequenas potências como Portugal:

Logo se apresentarão os dez soldados determinados para nos acompanharem com o Alcaide pedido pelo Consul [que levava um presente para oferecer a Mawlay Sulayman], não obstante querer o Governador da praça [de Tânger] mandar por Alcaide o Mouro secretário do Consul de Espanha por quem o empenharão fortemente, o que não conseguiu; pois que conhecendo-se o fim de tal pertinência, respondeo o Consul, que só nos acompanhava o Alcaide, que tinha pedido; e que com outro não sahiria, ate receber resposta d'El Rei, a quem ia ja escrever sobre o objecto; pois que não necessitava mendigar isso pela cidade quem lhe escrevesse. Esta firme resolução obrigou o Governador a mudar de resolução e assentir ao que lhe tinha pedido o Consul.¹⁹

A resistência do “violento e xenófobo”, segundo a narrativa dominante, Mawlay Yazid, não tinha resultado face à interferência espanhola nos assuntos marroquinos que se prolongaria durante o sultanato de Mawlay Sulayman e em todo o século XIX em favor das suas ambições coloniais. Embora fazendo uso das mesmas armas usadas pelo

¹⁸ José Moñino y Redondo, Conde de Floridablanca (1728-1808). Em 1777 foi nomeado Secretário dos Despachos do Estado, cargo equivalente a Ministro dos Assuntos Exteriores.

¹⁹ BNP, *Collecção de Diarios co-ordenados por Fr. João de Souza e por Fr. Jozé de Sto. Antonio Moura...*, fl. 65-65v.

colonialismo europeu para se lhe opor, as potências magrebina, neste caso em particular Marrocos, acabariam por soçobrar. De nada lhes valeria a corajosa resistência e a rejeição dos “benefícios civilizacionais”, por parte de alguns dos seus soberanos em busca da autonomia face aos poderes europeus.

CONCLUSÃO

As investidas do colonialismo europeu em terras do Magrebe estão bem documentadas nas fontes da época. Marrocos pela sua relevante posição estratégica foi um dos principais alvos. A Oriente, fazendo fronteira com o Império Xarifino, a Regência de Argel funcionava como reguladora de fluxos comerciais no Mediterrâneo e Atlântico, atuando sobre médios e pequenos poderes com quem não tinha tratados de paz ou tréguas. Intervinha assim na acesa luta que se travou entre os poderes continental, a França, e marítimo, a Inglaterra, pelo domínio europeu e global, deixando espaço para as ambições coloniais de outras médias potências.

Todo o período decorrente entre 1757 e 1822 é lido, pela maioria das fontes e por grande parte da historiografia que posteriormente o estudou, como uma tentativa de avanço civilizacional sobre um espaço que de forma incompreensível, segundo a narrativa dominante, o recusava. O nascente colonialismo europeu investia então sobre as realidades políticas da margem sul do Mediterrâneo. O contexto epocal justificava, do ponto de vista geoestratégico, a procura de apoios que permitissem logisticamente a sobrevivência dos exércitos que se defrontavam no espaço europeu. As potências europeias de grande e média dimensão, na procura dos seus objetivos, adotaram, sobretudo, a via diplomática ou militar não excluindo, todavia, o uso das duas em simultâneo.

Foi toda uma ação sustentada ideologicamente por uma narrativa que ignorou, de forma sistemática, as condições endógenas dos espaços geográficos que ambicionava submeter, remetendo para o conceito de incivilidade, posteriormente de anarquia, as dinâmicas internas e a afirmação externa desses mesmos espaços.

Os sultões do Renascimento Alauita, Muhammad Ben ‘Abd Allah, Mawlay Yazid e Mawlay Sulayman, foram geralmente acusados de recusar a civilização das luzes que de forma tão altruísta lhes era concedida pelas grandes potências europeias. E quando de alguma maneira tentaram lutar, usando as mesmas armas dos futuros ocupantes, rapidamente foram acusados de violentos, xenófobos, isolacionistas por alguma da historiografia que se debruçou sobre estas questões. Baseada na dificuldade, ou falta de interesse, em ler a alteridade magrebina, amplamente demonstrada por viajantes em diversas missões patrocinadas por potências que disputavam a influência e o domínio do espaço marroquino, a narrativa colonialista confundiu violência com resistência, xenofobia e isolacionismo com a procura de autonomia, sempre combatidas quando passíveis de atingir as ambições coloniais das potências dominantes.

Todavia, outras fontes existem que possibilitam uma leitura diversa das violências atribuídas aos sultões marroquinos, na defesa do seu espaço das investidas do nascente colonialismo europeu de finais de Setecentos e princípios de Oitocentos: as portuguesas. É a partir da narrativa dos enviados de Portugal ao Magrebe, para negociar o resgate de compatriotas ali retidos, no caso da regência argelina, ou para ratificar tratados sempre que era proclamado um novo sultão, no caso de Marrocos, que representantes de uma potência periférica sem ambições coloniais sobre aquele espaço geográfico possibilitam uma outra visão da argumentação colonialista dos poderes dominantes da margem norte do Mediterrâneo.

As três viagens de frei João de Sousa e frei José de Santo António Moura entre 1790 e 1798, o primeiro como secretário e intérprete de Jacques Filipe de Landerset, o segundo como apenas intérprete do cônsul português Jorge Colaço, e a descrição que estes delas fazem são muito elucidativas. Em todas se pode confirmar, para além do que continuava a significar para o imaginário marroquino a vitória de agosto de 1578 em Oued al-Makhazen, que as violências exercidas por alguns dos sultões sobre os seus súbditos de comportamento dúplice em relação ao colonialismo europeu, nomeadamente o espanhol, se situavam no campo da resistência à pressão europeia, à procura de autonomia que passava também pelo reforço da legitimação alauita junto da comunidade dos crentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abitbol, M. (1998). *Les commerçants du roi Tujjār Al-Sultan : Une elite économique judéo-marocaine au XIXe siècle*. Maisonneuve & Larose.
- Abitbol, M. (2003). *Le passé d'une discorde : Juifs et arabes du VIIIe siècle à nos jours*. Perrin.
- Afonso, J. (2004). O Tratado Luso-Marroquino de 1774 e o Magrebe: Um relacionamento integrado. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, (17-18), 83-95.
- Arribas Palau, M. (1960). La proclamación de Mawlay Muslama en Tánger, a la muerte de Mawlay Yazid. *Hespéris-Tamuda*, I, 215-233.
- Arribas Palau, M. (1962). La actuación de Mawlây Muslama frente a Mawlay al-Yazid. *Hespéris-Tamuda*, III, 5-33.
- Berramdane, A. (1987). *Le Maroc et L'Occident (1800-1974)*. Éditions Khartala.
- Carmona Portillo, A. (2015). Los consules y las casas comerciales en la política exterior de España en el norte de África en el siglo XVIII. In J. J. Iglesias Rodríguez, Rafael M. Pérez García, & M. F. Fernández Chaves (Eds.), *Comercio y cultura en la Edad Moderna* (pp. 1139-1153). Editorial Universidad de Sevilla.
- El Mansour, M. (1988). *Morocco in the reign of Mawlay Sulayman*. Middle East & North African Studies.
- Esslâoui, A. B. K. E. (1906). Kitâb Elistiqsâ Li-Akhhâri Doual Elmâgrib Elaqsâ. *Archives Marocaines : Publication de la Mission Scientifique du Maroc*, IX. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k106573x>
- Foucauld, C. (1888). *Reconnaissance au Maroc : 1883-1884*. Challamel et Cie.
- Hess, J. (1903). *La question du Maroc*. Dujarrik et Cie.
- Ihraï-Aouchar, A. (1990). Les relations du Maroc avec l'Europe a l'Époque de la Revolution Française et de l'Empire (1789-1815). *Hespéris-Tamuda*, 28, 29-46.
- Jackson, J. G. (1811). *An account of the Empire of Morocco, and the districts of Suse and Tafilet: Compiled from miscellaneous observations made during a long residence in, and various journies through, these countries* (2nd edition). W. Bulmer and Co.
- Laroui, A. (1994). *Historia del Magreb: Desde los orígenes hasta el despertar magrebí*. Mapfre.
- Le Tourneau, R. (1966). Le Maroc sous le règne de Sidi Mohammed ben Abdallah (1757-1790). *Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée*, (1), 113-133.
- Lempriere, W. (1793). *A Tour from Gibraltar to Tangier, Sallee, Mogadore, Santa Cruz, Tarudant; and thence, over Mount Atlas, to Morocco: Including particular account of the Royal Harem, etc.* J. Walter.
- Martin Corrales, E. (2012). Les espagnols au Maroc (1767-1860) : Le déficit de travailler avec l'autre. *Cahiers de la Méditerranée*, 84, 197-212.

Submissão/submission: 30/12/2024
Aceitação/approval: 04/07/2025

Jorge Afonso, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1600-214 Lisboa, Portugal. ajorgeafonso@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2238-6285>

Afonso, J. (2025). O prelúdio da penetração colonial no espaço magrebino: Oposição e resistência dos sultões alauitas.
Cadernos do Arquivo Municipal, (24), 1-15.
<https://doi.org/10.48751/CAM-2025-24426>

Licença Creative Commons CC-BY-NC 4.0